



Ministério dos Povos Indígenas  
Conselho Nacional de Política Indigenista

# CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)

**RESUMO EXECUTIVO da 5<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política  
Indigenista**

Brasília, 09 e 10 de outubro de 2025.

# PAUTA da 5<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNPI

## **1º dia de Reunião:**

- Leitura e Aprovação do Resumo Executivo da 4<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNPI;
- Informes gerais e das Câmaras Temáticas;  
Apresentação do Programa Nacional de Saneamento Indígena (PNSI) e Atualização sobre a AGSUS;
- Atualizações sobre iniciativas e programas de interesse dos Povos Indígenas;
- Apresentação da FUNAI sobre reestruturação e autodeclaração.

## **2º dia de Reunião:**

- Anúncios e atos;
- Panorama atual da política indigenista no Congresso Nacional;
- Programa de Proteção Territorial de Terras Indígenas;
- Leitura de Resoluções;
- Debate e Votação das Resoluções.

## **Informes**

- Apresentação de convite pelo representante do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCCondisi) para a participação da Câmara Temática e da Secretaria Executiva do CNPI no Fórum de Presidentes.
- Relato sobre a posse recente da Câmara Temática no Conselho da AgSUS (CDA), ocorrida em 08 de outubro de 2025.
- Solicitação de apoio das lideranças e conselheiros, apresentada por Neusa Guarani (Terra Indígena Tekoha Dje'y), para agendar reunião com o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.
- Solicitação ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI) para que compartilhe com os Conselheiros as informações sobre atividades programadas nos estados e territórios, visando o acompanhamento e o alinhamento.
- Recomendação aos Ministérios e demais representações presentes para que convidem os Conselheiros a participar dos eventos e atividades relacionados à pauta indígena em suas regiões.

## **Informes das Câmaras Temáticas (CTs)**

### **CT I – Demarcação, direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental**

- Indicação de encaminhamento para a votação da minuta elaborada pela CT I acerca do PDL nº 717/2024, referente à demarcação das Terras Indígenas Toldo Imbu e Morro dos Cavalos.

- Solicitação de esclarecimentos sobre a alteração da data das reuniões sem consulta prévia aos Conselheiros.
- Reivindicação para que o MPI estabeleça um responsável específico pela Secretaria do CNPI.
- Comunicação do encaminhamento de proposta de resolução referente à Lei nº 14.701/2023.

### **Encaminhamentos propostos**

- Solicitação à FUNAI de apresentação com estratégias, datas e previsão orçamentária para o enfrentamento do sucateamento e fragilidades dos polos e unidades.

### **CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social**

- Dificuldade no levantamento de espaços de participação indígena devido à ausência de retorno dos órgãos contatados, levando à adaptação do eixo de controle social.

### **Encaminhamentos propostos**

- Solicitação à Secretaria Executiva para encaminhamento da proposta da CT II sobre o Projeto de Lei (PL) do CNPI à Assessoria Especial e de Assuntos Parlamentares (ASPAR) do MPI.
- Questionamento sobre o acompanhamento da Conferência do CNPI pela CT II e o encaminhamento da resolução proposta pela CT II.
- Sugestão para que a Secretaria Executiva do CNPI crie um processo/pasta SEI (Sistema Eletrônico de Informações) para cada CT, visando a digitalização e organização da documentação e atividades das Câmaras.
- Iuri Jenipapo continuará como representante do MPI na CT II.

### **CT III – Seguridade Social, saúde indígena, assistência e previdência social**

- Não foram apresentados informes.

### **CT IV - Educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades**

- Relato sobre a suspensão de obras de escolas e unidades de saúde na Bahia por falta de declarações e autorizações da FUNAI. Foi solicitada à FUNAI a apresentação do *status* dessas autorizações, sendo pontuado que a validade expirada das declarações, o que exige atualização.
- Recapitulação sobre a proposta de criação do Subsistema Nacional de Educação Escolar Indígena, que visa contribuir para a autonomia da política dos territórios etnoeducacionais.
- Informe sobre a abertura do sistema para adesão dos Secretários de Educação ao SIMEC e o cadastro de mais de 80% dos coordenadores subnacionais para gerenciamento e monitoramento das bolsas concedidas a 1.300 indígenas articuladores nos territórios, com previsão de pagamento no mês vigente.

- Destaque para as metas de adesão das escolas indígenas à PPDS e PPDE foram alcançadas (100%), mas o desafio persiste em escolas sem unidades executoras, o que impede a recepção de recursos do PPDE.

## **Encaminhamentos propostos**

- Incidência pela criação da Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena no MEC.
- Regulamentação e implementação das Políticas Estaduais e Municipais de Educação Escolar Indígena, incluindo: criação do plano de cargos e carreira dos professores indígenas; categorias das escolas indígenas; concurso específico diferenciado; e criação de conselhos estaduais da educação escolar indígena.
- Solicitação de informações sobre a proposta de criação do Centro de Formação Indígena, sugerindo alternativamente o fomento e fortalecimento dos centros já existentes e territorializados, e que a proposta seja submetida à avaliação e aprovação de comissões, conselhos e organizações indígenas (APIB, ANMIGA, CNEEI, FNEEI, CNPI).
- Apresentação de informações atualizadas sobre a Universidade Indígena e a instituição do GT no MEC, cuja minuta do PL já foi encaminhada ao Gabinete do Ministro, com previsão de lançamento durante a COP30.
- Proposta de nota de repúdio contra a fala do Deputado Federal Evair de Melo (PP/ES).

## **CT V - Proteção e enfrentamento às violências de gênero contra mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+**

- Apresentação do relatório de atividades da CT V, referentes ao período de maio a setembro de 2025, conforme o Plano de Trabalho, composto por 11 (onze) metas e entregas.
- Lídia Lacerda, representante da Funai, ficou responsável pela articulação junto ao Ministério das Mulheres para a construção de um mapa com equipamentos e rede especializada no atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência em todo o país.
- Plano de Trabalho aprovado pelo Plenário.

## **CT VI – Direitos humanos, culturais, sociais e econômicos**

- Rediscussão do Plano de Trabalho da CT VI, levando em conta os desafios de execução.
- Aprovada a proposta de retomada do nome da CT para "Direitos humanos, culturais, sociais e econômicos".
- Sugestão para que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) participe da Câmara Temática.
- Solicitação de elaboração de encaminhamento para verificar a ausência de acesso dos povos indígenas do Nordeste ao teto da agricultura familiar (estabelecido pelo Governo Federal), devido a dificuldades na aceitação dos documentos apresentados pelas comunidades.

## **APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO INDÍGENA E ATUALIZAÇÃO AGSUS – PNSI**

- **SESAI:** representada pelo Secretário Weibe Tapeba, que destacou o enfoque na prevenção de doenças e na promoção da saúde como diretrizes para a revisão do PNSI. Apresentou a contextualização do programa, mencionando dados censitários (IBGE/2024), o histórico normativo (Leis 11.445/2007 e 14.026/2020, PLANSAB e PNSR) e o processo de construção, que incluiu metodologia em níveis de colaboração, consultas a lideranças e oficinas regionais. O objetivo é criar um conceito de saneamento indígena que abarque as particularidades dos territórios, baseado em Diagnóstico Sanitário dos 34 DSEIs (abrangendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo de águas pluviais). Os eixos norteadores do PNSI são: Infraestrutura e Tecnologias; Gestão; Educação Indígena para o Saneamento; Cooperações, Parcerias e Articulações; e Participação e Controle Social. Foi informado que houve parcerias para orçamento (R\$ 30 milhões do MDS/BNDES para cisternas) e que o programa tem metas progressivas de universalização, exigindo um investimento total de R\$ 10,85 bilhões. A gestão será coordenada pela SESA, com Comitê Gestor e Fórum Consultivo, e a proposta teve consulta pública realizada entre 25/09/2025 e 09/10/2025, com previsão de publicação e apresentação durante a COP30.

## **ATUALIZAÇÕES SOBRE INICIATIVAS E PROGRAMAS DE INTERESSE DOS POVOS INDÍGENAS**

- **Câmara Setorial de Produção Agropecuária Indígena Sustentável:** Leandro Lima, Coordenador-Geral de Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), apresentou a iniciativa, explicando o conceito e o marco legal. Informou que o MAPA possui 39 câmaras em atividade (31 setoriais e 8 temáticas), e que a nova Câmara Setorial visa a responder de forma estruturada às demandas dos povos indígenas. Sua estrutura e composição seguem as demais câmaras, contando com 16 entidades, incluindo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o INCRA, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Destacou que os principais temas e eixos temáticos propostos incluem autonomia econômica e segurança alimentar.
- **Edital Rádios Comunitárias Indígenas e Programa Computadores para Inclusão:** Alexandre Freire, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal do Ministério das Comunicações (MCom), apresentou o Serviço de Radiodifusão Comunitária (Radcom), definindo-o como radiodifusão sonora na faixa FM destinada a atender a uma comunidade local. Destacou que, das 11.437 estações de rádio existentes, 5.295 são comunitárias, alcançando cerca de 4.195 municípios. Informou sobre a vigência do Plano Nacional de Outorga (PNO) de Radiodifusão Comunitária 2023/2024, que prevê 1.418 novas outorgas em localidades, sendo que dois dos três editais previstos já foram lançados. Ludymilla Chagas, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério das Comunicações (MCom), complementou a apresentação, destacando o Programa Computadores para Inclusão, instituído para doação de computadores, e informou

o compromisso de formalizar doações regulares aos povos indígenas, seguindo métricas definidas em conjunto com a Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade do MPI.

- **Registros administrativos: nascimento e óbito:** Pagu Rodrigues, Diretora de Direitos Humanos e Políticas Sociais da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) mencionou a existência de uma minuta de portaria interna em elaboração para tratar do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI). Informou que a proposta será submetida à Câmara Técnica e, posteriormente, apresentada ao Pleno. Explicou que não há resolução vigente que autorize a emissão de declarações de etnicidade pela FUNAI, e que essa pauta será tratada de maneira mais aprofundada na próxima reunião.
- **Universidade Indígena:** Rosilene Tuxá, Diretora de Políticas de Educação Escolar do Ministério da Educação, apresentou os avanços para a instituição da Universidade Indígena, que resultou na finalização e validação pelo Grupo de Trabalho (GT) do Projeto de Lei (PL) de criação. A minuta do PL está na Consultoria Jurídica do MEC (Conjur), último passo antes de iniciar o trâmite legislativo. Os principais aspectos da instituição incluem: Desenho no modelo multicampi, com sede em Brasília, prevendo expansão universitária e necessidade orçamentária gradativa. Três áreas principais foram pensadas para o início das atividades: Formação de professores, Saúde Coletiva e Gestão Territorial e Ambiental, com previsão de 10 cursos inicialmente, incluindo Medicina, Enfermagem e Direito. A criação de cargos prevista é de 366 para professores, 233 para analistas em educação, 155 para técnicos em educação e 48 funções comissionadas. O ingresso no cargo de pessoal efetivo será por concurso público, com prioridade para candidatos indígenas no quadro de profissionais. A minuta do PL considerou todas as discussões realizadas nos seminários.
- **Plano Nacional de Cultura Indígena:** Tupã Mirim Ju Yan, representante do Ministério da Cultura, expressou a importância e a legitimidade da participação dos povos indígenas no âmbito da cultura e apresentou um documento de apoio à institucionalização do Plano Nacional de Cultura Indígena. Relatou a articulação para a construção de uma portaria que inclua as organizações indígenas, com destaque para a participação de organizações regionais como membros permanentes, na construção da Política Nacional. Mencionou a contratação de consultores, um indígena e outro não indígena, para a elaboração do Plano, e indicou a importância da participação da APIB no Grupo de Trabalho (GT) a ser instituído para a construção dessa política.
- **Prêmio de Fotografia MRE Gavião:** Talita Perna, Chefe de Assessoria Especial do Ministério dos Povos Indígenas, apresentou o Prêmio de Fotografia MRE Gavião, criado em homenagem ao comunicador indígena de mesmo nome. Informou que a avaliação das fotos enviadas está em fase final, sendo conduzida por uma comissão julgadora instituída por portaria do MPI, que inclui Wuriu Manchineri (Conselheiro), João Victor Gomes de Oliveira (suplente) e representantes da SEART/MPI, ASCOM/MPI, FUNAI e Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Foram recebidas 193 imagens em 9 categorias diferentes, enviadas por representantes indígenas de 38 etnias de todas as regiões do Brasil. O resultado preliminar do prêmio estava previsto para ser divulgado em 28 de outubro, com possibilidade de recurso.

- **Brasil: Turismo Responsável:** Rodrigo Canez, representante do Ministério do Turismo (MTur), apresentou a iniciativa “Brasil: Turismo Responsável”, destacando o envio do Caderno de Resposta à pauta de reivindicações da APIB, com ênfase na demanda por acesso a crédito. Foram mencionadas ações em andamento, como a Casa Maraká, o Plano de Comunicação da Mídia Indígena para a COP30, o Prêmio Nacional do Turismo 2025, o projeto “PRT em ação 2025 – Paraíba” e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Produtos e Experiências Políticas. Ana Carolina, representante do Ministério do Turismo (MTur), apresentou os resultados do mapeamento de iniciativas indígenas em turismo realizado entre julho e dezembro de 2024, que contou com 193 formulários (146 válidos) e identificou 93 povos indígenas, com destaque para MT, AM e BA. O relatório final está em diagramação e será lançado na COP30, onde MTur e MPI terão estande conjunto. Também será disponibilizado novo formulário para atualização contínua do mapeamento, com apoio do CNPI, MPI, FUNAI e demais parceiros.
- **Minha Casa, Minha Vida Rural:** Mirna Chaves, Diretora do Departamento de Habitação Rural do Ministério das Cidades, apresentou a linha Minha Casa, Minha Vida Rural, que prioriza povos indígenas em todas as modalidades do Programa, composto por provisões habitacionais subsidiadas e financiadas. Informou que o Comitê de Acompanhamento conta com participação do MPI, FUNAI e entidades da agricultura familiar, incluindo representantes da APIB. O público-alvo abrange agricultores familiares, trabalhadores rurais e famílias residentes em áreas rurais, com meta atual de 30 mil unidades habitacionais. A subvenção contempla cisternas, melhorias habitacionais e valorização da cultura local. Entre os desafios, destacam-se a habilitação de entidades representativas, a divulgação acessível das informações, o suporte a processos informatizados e a elaboração de projetos adequados às especificidades regionais e culturais.

## **APRESENTAÇÃO DA FUNAI SOBRE REESTRUTURAÇÃO E AUTODECLARAÇÃO**

- **FUNAI:** representada por Mislene Metchacuna, reiterou o compromisso presidencial com seu fortalecimento institucional, destacando o cumprimento das metas de recursos humanos, com 502 vagas ofertadas no CPNU — 30% destinadas a indígenas —, das quais 338 já foram providas e 164 liberadas por desistência, além da autorização do MGI para convocação de mais 175 aprovados. Entre os avanços normativos, mencionou-se a aprovação do plano de carreira indigenista, a regulação do poder de polícia, a criação do GT sobre UTLs e a revisão do Regimento Interno. Quanto à reestruturação administrativa (Portaria nº 886/2024), informou-se que a proposta inicial de aumento de 84% na estrutura foi ajustada para 30%, consolidada pelo Decreto nº 12.581/2025. A nova organização cria a Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas, renomeia o Museu Nacional do Índio para Museu Nacional dos Povos Indígenas e desdobra a Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável em duas: Gestão Ambiental e Direitos Humanos e Políticas Sociais. Também foi apresentada a estratégia das sete Coordenações Regionais de Suporte (Belém, Cuiabá, Manaus, Recife, Rio Branco, São José e São Luís), responsáveis pelas funções administrativas, orçamentárias e financeiras, permitindo maior foco das Coordenações Regionais nas ações finalísticas. No âmbito orçamentário, registrou-se o incremento via crédito extraordinário e a solicitação de R\$ 1,112 bilhão para o PLOA 2026. Entre os principais desafios, destacaram-se o reforço de pessoal e orçamento, a integração entre diretorias e coordenações, a qualificação das equipes,

a estruturação física e a segurança dos servidores. Um resumo detalhado da reestruturação será encaminhado aos Conselheiros.

## **ANÚNCIOS E ATOS**

- Anúncio da celebração de cooperação técnica entre a Secretaria de Saúde Indígena e o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, em contexto de instalação de sistemas de cisternas indígenas no semiárido brasileiro.
- Anúncio da cooperação entre o Ministério das Comunicações e o Ministério dos Povos Indígenas, no âmbito do Plano Nacional de Inclusão, com o objetivo incluir os povos e comunidades indígenas na política pública.
- Assinatura do acordo de cooperação para tradução da Convenção nº 169 da OIT em línguas indígenas, firmado entre a Secretaria-Geral da Presidência, o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Advocacia-Geral da União, o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público Federal.

## **PANORAMA ATUAL DA POLÍTICA INDIGENISTA NO CONGRESSO NACIONAL**

- **APIB:** Ingrid Martins, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), apresentou o mapeamento da agenda indígena no Congresso, que atualmente é marcada pelo "pacote da destruição" (PECs sobre Marco Temporal, demarcação e indenização, além do PDL nº 717/2024, que susta demarcações) e por PLs de mineração/garimpo, pautas em que a APIB defende os direitos constitucionais como cláusulas pétreas e questiona a falta de consulta prévia. Em contraponto, foi destacado o "pacote da demarcação" (liderado por mulheres indígenas), que inclui o PL da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a regulamentação dos Agentes Indígenas de Saúde e Saneamento (para equiparação com o SUS) e propostas ambientais (PL do Ecocídio e PEC dos Direitos da Natureza), ressaltando a necessidade de ratificação do Acordo de Escazú.
- **MPI:** Carla Guareschi, representante do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), informou que o Ministério prioriza a articulação para defender PLs (como o da PNGATI), expressou preocupação com o PDL nº 717/2024 e mencionou a arrecadação de R\$ 25 milhões em emendas parlamentares em 2025 para MPI e FUNAI.

## **PROGRAMA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS**

- **APIB:** Dinaman Tuxá, vice-Presidente do CNPI e representante da APIB, anunciou o PPTI, um projeto desenvolvido pela Assessoria Internacional da APIB em parceria com a GIZ e o MPI. Karina Mello, representante da APIB, contextualizou a iniciativa, inspirada no PPTAL

(Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil) da ECO92, que criou protocolos técnicos pioneiros e resultou na demarcação de cerca de 90 TIs. O novo PPTI baseia-se neste acúmulo e é construído no contexto da COP30, com previsão de anúncio no evento. O processo de construção, iniciado em março de 2025, incluiu três oficinas que definiram os eixos centrais: i) Demarcação das terras indígenas; ii) Proteção e gestão territorial (implementação da PNGATI); e iii) Fortalecimento das organizações políticas e mecanismos financeiros indígenas. As premissas do programa são: abrangência nacional, governança tripartite e elevado grau de participação indígena. O PPTI visa canalizar recursos para garantir avanços concretos em direitos territoriais. Os próximos passos incluem o Seminário sobre o PPTI durante a Pré-COP Indígena, o anúncio conjunto na COP30 (2025) e, em 2026, a consolidação da articulação institucional, a definição de metas e o lançamento oficial. Dinaman Tuxá reforçou o convite aos Ministérios presentes para que se juntem à iniciativa e ajudem a identificar e superar os gargalos estruturais que impedem a demarcação de terras indígenas.

## Encaminhamentos e Acordos

### **Secretaria Executiva do CNPI**

1. Estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a Secretaria Executiva adotar as medidas necessárias para publicação das resoluções aprovadas pelo Pleno do CNPI.
2. Envio dos encaminhamentos propostos pelas Câmaras Temáticas à Secretaria Executiva para adoção das providências necessárias.
3. Estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias para que a Secretaria Executiva apresente retorno às solicitações encaminhadas pelas Câmaras Temáticas.

### **Câmaras Temáticas**

1. A Câmara Temática I solicitou à FUNAI apresentação das estratégias, datas e previsão orçamentária, para enfrentamento à situação de sucateamento e fragilidades dos polos e unidades.
2. As propostas da Câmara Temática II sobre o PL do CNPI serão encaminhadas à ASPAR/MPI, para validação e posterior apresentação ao Pleno do CNPI.
3. O Plano de Trabalho da Câmara Temática V foi aprovado.
4. O nome da Câmara Temática VI foi alterado para incluir o termo “sociais”, passando a constar como “Direitos humanos, culturais, sociais e econômicos”.

### **Encaminhamento nº 1 | Deliberações sobre a Câmara Setorial de Produção Agropecuária Indígena Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária**

1. As eventuais dúvidas sobre a Câmara Setorial de Produção Agropecuária Indígena Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária deverão ser enviadas à Câmara Temática VI, para deliberações e posterior retorno ao Pleno.

## **Encaminhamento nº 2 | Deliberações sobre o Plano Nacional de Cultura Indígena**

1. O debate sobre a construção do Plano Nacional de Cultura Indígena foi atribuído à Câmara Temática VI, com a possibilidade de convite a membros externos para acompanhamento das discussões e participação na elaboração do Plano de Trabalho de construção da política.

## **Encaminhamento nº 3 | Reunião da Bancada Indígena junto à FUNAI e ao MPI para discussão da autodeclaração**

1. Agendamento de reunião da Bancada Indígena junto à FUNAI e ao MPI para discussão do tema de autodeclaração com profundidade.

## **Encaminhamento nº 4 | Proposta de programa semelhante ao Minha Casa, Minha Vida específico para os povos indígenas**

1. A proposta para a construção de um programa específico, semelhante ao Minha Casa, Minha Vida, destinado aos povos indígenas, foi atribuída à Câmara Temática VI, a ser desenvolvida em conjunto com a SEART/MPI, e apresentada na próxima reunião do CNPI.

## **Encaminhamento nº 5 | Assinatura do acordo de cooperação para tradução da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho em línguas indígenas**

1. Assinatura do acordo de cooperação para tradução da Convenção nº 169 da OIT em línguas indígenas, firmado entre a Secretaria-Geral da Presidência, o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Advocacia-Geral da União, o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público Federal.

## **Encaminhamento nº 6 | Apresentação das propostas de resolução com antecedência**

1. As propostas de resolução deverão ser encaminhadas com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da reunião ordinária do CNPI, para possibilitar sua avaliação pela Bancada Indígena e pela Bancada de Governo.
2. As resoluções propostas na 5ª Reunião Ordinária do CNPI serão votadas na reunião extraordinária agendada para 23 de outubro de 2025.

## **Resoluções e Recomendação**

1. Aprovada pelo Plenário a RESOLUÇÃO CNPI Nº 03, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025, que recomenda ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Ministério dos Povos Indígenas, à FUNAI e o Governo do Estado de Alagoas, a adoção das medidas administrativas necessárias para avançar na homologação da Terra Indígena Xukuru-Kariri (AL), a proteção às lideranças indígenas ameaçadas, a garantia de segurança aos servidores da FUNAI.

## Sugestões

1. Envio de informações pelo Ministério dos Povos Indígenas acerca das atividades programadas nos estados e territórios, para acompanhamento, alinhamento, participação e contribuição por parte dos Conselheiros.
2. Envio de solicitação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para tratar da demarcação da Tekoha Dje'y e outros.
3. Elaboração de resolução sobre o tema da autodeclaração para conhecimento das lideranças.
4. Envio de comunicação à rede dos cartórios do país para reforçar o conteúdo da Resolução Conjunta nº 12/2024, do CNJ e do CNMP, que dispõe sobre o registro civil de pessoas indígenas.
5. Envio de manifestação à Receita Federal sobre a necessidade de aceitação da grafia de nomes indígenas nos sistemas de cadastro.
6. Realização de reunião extraordinária com antecedência para elaborar a programação da reunião ordinária seguinte, de modo a possibilitar a divulgação prévia da programação acordada.

## Proposta de próxima pauta do CNPI

1. Aprovação das Resoluções pendentes de deliberação e dos encaminhamentos da 5ª Reunião Ordinária do CNPI.

**Data da próxima reunião: 23 de outubro de 2025, online, às 09h.**